

OS PAIS, OS MESTRES E A ASSOCIAÇÃO EM QUE PÉ ESTÃO?

Maria Christina de Almeida

Do Departamento de Pesquisas Educacionais
da Fundação Carlos Chagas

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo levantar aspectos do funcionamento das Associações de Pais e Mestres, na rede estadual de ensino de 1º grau, procurando verificar em que medida eles se relacionam com os processos de seletividade social que operam dentro da escola.

Critérios e práticas adotadas que levam a que a composição da diretoria e a participação dos pais nas atividades das APMs se restrinjam quase sempre aos pais de melhor posição econômica na comunidade; modalidades de cobrança de taxas a mais, são examinadas com cuidado. Eles fazem parte de uma estratégia que, ao invés de "colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração da família-escola-comunidade", procura antes de tudo reforçar seu papel de mera arrecadadora de recursos, com os quais a escola deverá cobrir despesas que obrigatoriamente deveriam ser do Estado.

SUMMARY

This work has the objective of raising questions referent to the functioning of Parent-Teachers Associations in public schools, in order to understand how they relate to the processes of social selectivity that operate within the school.

Criteria and practices adopted by schools which make the composition of the board and the participation of parents restricted to higher SES parents, and forms of collection of yearly fees are carefully discussed. They are part of a strategy that instead of "contributing to the betterment of the educational process, to the assistance to the student and to the integration of family, school and community", reinforces its role of collector of resources, with which the school will cover expenses that should be covered by the government.

A criação da Associação de Pais e Mestres em São Paulo coincide com a implantação da escola de 8 anos proposta pela reforma do ensino de 1º Grau instituída pela Lei 5698/71.

Até então, o que de mais semelhante às APMs existia em funcionamento nas escolas, e somente para atender os alunos matriculados nas quatro primeiras séries, era uma instituição conhecida por Caixa Escolar. Seus objetivos, ao contrário das APMs, eram muito mais acanhados, não ultrapassando a mera intenção de assistir com contribuições doadas pelos próprios alunos, aqueles que não dispunham de recursos para frequentar a escola.

Com a implantação da escolaridade obrigatória de 8 anos, esta instituição cede lugar a uma proposta bem mais ampla, cujo objetivo não se restringe mais à simples tutela material do alunado mais carente. A Associação de Pais e Mestres é criada, conforme indica o Artigo 2º do seu Estatuto Padrão, com o intuito de "colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade".

Assim posto, e diante da quase inexistência de estudos a respeito do seu funcionamento é que se pensou em não perder esta ocasião para também indagar sobre ela. Somente desta forma se poderia saber até que ponto os objetivos acima mencionados contam com a possibilidade de serem operacionalizados pelas escolas, dadas as condições reais existentes.

Todavia, se os estudos são escassos, muitas são atualmente as críticas que formulam aqueles para os quais as APMs se propõem a dar mais atenção.

Se por parte dos pais de origem mais modesta sua atuação é questionada de forma até contundente, o comportamento dos diretores em relação a ela, oscila também entre a indiferença e a agressividade.

Que razões levariam pais e mestres a terem reações como essas, para com uma associação cujo principal interesse é aproximar a escola da comunidade? Como nos acercar destas questões trazendo à luz dados que colaborem para uma avaliação mais justa e real do trabalho da instituição?

Considerando que todos os pais de alunos são sócios natos da Associação, procurou-se averiguar preliminarmente, neste estudo¹, o grau de participação que têm nas atividades da instituição.

De acordo com avaliação dos diretores entrevistados, verifica-se que a participação dos pais é pequena, raramente alcançando um percentual superior a 60%. É na faixa de 10 a 20% de participação que se concentra o maior número de casos (26% das escolas). Por sua vez, os dados indicam maior participação dos pais nas escolas não-carentes.

Tal fato talvez sirva para ilustrar o pressuposto de que a maior mobilização dos pais em torno de certos objetivos escolares depende em larga medida de certos pré-requisitos de natureza sócio-econômica. Os apelos formais comumente feitos nas escolas através de esclarecimentos, editais, conversas rápidas com pais e alunos, parecem de todo insuficientes como formas de arregimentação da comunidade, e isso particularmente quando se trata de alunos provenientes dos estratos mais baixos da população.

É curioso ainda observar como se diferenciam os percentuais de participação segundo a localização das escolas pela capital e interior. De uma análise global dos dados, depreende-se que a participação dos pais no interior é mais freqüente do que na capital. As razões disso

talvez se encontrem no fato de que nas escolas do interior existe um relacionamento mais próximo com a comunidade, uma vez que em cidades menores os contatos primários ocorrem numa extensão maior do que nos centros urbanos densamente povoados.

O que as respostas ainda revelam é que, via de regra, a Associação só pode contar com a participação mais comprometida de alguns pais ou de elementos ligados ao próprio corpo técnico administrativo da escola. Segundo os diretores, há sempre uma grande flutuação dos pais que participam, e essa flutuação aliada à pequena constância e interesse dos pais, leva a que as APMs sejam incapazes de lograr uma organicidade nas tarefas.

Destarte chega-se a pensar que esta participação não transcende a mera presença e colaboração que os pais costumam prestar durante as festas, bazares, campanhas, realizadas com razoável freqüência, para arrecadação de fundos.

Embora esta também seja uma forma de participação e por princípio nada tenha de criticável é de se lamentar que as atividades da Associação se reduzam, no mais das vezes, a artifícios que têm objetivos marcadamente financeiros.

A mobilização de esforços entre professores e pessoal técnico-administrativo que estes eventos costumam exigir, muitas vezes sacrifica o próprio andamento das tarefas escolares e pedagógicas, além de exigir um serviço contábil trabalhoso para uma escola já congestionada de problemas. Estes esforços no entanto acabam sendo justificados no afã por se conseguir fundos que ajudem a escola a manter seu funcionamento de rotina por um certo período de tempo.

Tão voltada está a APM para prover recursos indispensáveis ao funcionamento interno da escola, que não é de se admirar que ela concentre entre os pais que mais participam das atividades por elas propostas, aqueles que possuem melhores condições de vida. Ao que parece eles têm melhores possibilidades de barganha na comunidade e, portanto, maiores facilidades para trazer benefícios à escola. Evidentemente que esta afirmação relativiza-se, conforme se trate de escolas carentes ou não-carentes: os pais em melhores condições sócio-econômicas nas escolas carentes serão mais pobres do que aqueles mais bem situados nas não-carentes, mas isso não invalida o princípio de participação, que, em última análise, permanece inalterado.

Uma outra forma de caracterizar os pais que mais participam da APM é a que procura evidenciar o pequeno ou grande interesse que a Associação desperta entre eles.

¹ Este trabalho faz parte de um conjunto mais de preocupações levantadas pela pesquisa de Elba Sá Barretto, sob o título de "Estudo da Implantação da Escola de 8 anos", que procurou através de entrevistas com diretores das escolas da rede oficial de ensino do Estado de São Paulo, apreender como através da estrutura e funcionamento das escolas, operam os mecanismos da seletividade escolar.

Este estudo abrangeu uma amostra de 96 escolas escolhidas segundo os seguintes critérios: grau de carência, tamanho (pequenas, médias e grandes) e localização (São Paulo, Grande São Paulo e Interior).

TABELA 1

CARACTERÍSTICAS DOS PAIS QUE PARTICIPAM DA APM

	ESCOLAS CARENTES (N = 53)	ESCOLAS NÃO CARENTES (N = 43)	TOTAL (N = 96)
Os pais de melhor nível sócio-econômico	15,6	19,8	35,4
Muito variada (do mais humilde ao mais bem situado)	5,7	9,3	7,3
As mães é que participam	11,3	2,3	7,3
Gente simples de baixo poder aquisitivo	9,4	11,6	10,4
Pessoal do nível médio, operário especializado	3,8	7,0	5,2
Pessoal mais interessado	9,4	11,6	10,4
Pais eventualmente convencidos a ir às reuniões	5,7		3,1
Os pais que pertencem à diretoria	20,7	7,0	14,6
Nenhum pai participa	3,8	2,3	3,1

Os pais considerados mais interessados e ativos representam 10% do total. Por outro lado, é interessante observar a menção específica à participação das mães nas reuniões da APM, o que ocorre sobretudo nas escolas carentes. O dado provavelmente se explica pelo fato de muitas delas não terem um trabalho regular fora de casa, o que lhes oferece maior disponibilidade quanto aos horários em que são convocadas as reuniões. Além do que, vale lembrar que a tradicional atribuição dos cuidados com as crianças que incluem também o acompanhamento no ensino regular recai mais diretamente sobre os ombros das mães.

Quando se procura analisar a participação dos pais nas eleições para diretoria da APM, observa-se que as tendências até aqui registradas não se alteram substancialmente.

A julgar pelos dados quantificados, o grau de participação nas eleições varia entre 40 e 80%, o que pode ser indício de uma presença expressiva. Diante de tal quadro pode-se até pensar que a questão da representatividade e da legitimidade das eleições estaria de algum modo sendo garantida e resguardada nestas escolas.

Contudo a julgar pelas declarações mais abertas e enfáticas dos diretores, a escolha normalmente recai sobre uma pequena quantidade de pais que se dispõem a colaborar mais efetivamente junto aos quadros da instituição. Portanto o que se conclui é que a eleição tem, via de regra, por função homologar uma escolha já a priori determinada pela escassez de pais interessados, ou julgados pela direção com condições de cumprir satisfatoriamente as atribuições que lhes forem delegadas.

Considerando que a grande massa que hoje frequenta a escola pública advém dos estratos menos favorecidos, o nível de instrução da maioria dos pais não ultrapassa na maioria das vezes o primário. Destarte foi comum a afirmação de que para ocupar os cargos da diretoria e, sobretudo os que exigem maior responsabilidade em função das exigências administrativas da prestação de contas, ficam as APMs muitas vezes "obrigadas" a depen-

der todos os anos dos préstimos daqueles mesmos indivíduos, cujo estoque de conhecimentos constitui uma garantia de que desenvolverão a contento essas tarefas.

Até que ponto esses compromissos formais, e o acúmulo de trabalho que lembram sempre os diretores, não são pretextos levantados para abrandar a ausência de um relacionamento democrático entre a escola/comunidade? É evidente que essas justificativas de ordem prática e racional, são recursos velhos, sedimentados na própria maneira de entender a realidade e que contribuem sobremaneira para relativizar a tênue tradição democrática da escola brasileira. Não obstante isso, quão verdadeira é também a escassez de material, de pessoal, e a quantidade de trabalho cobrada dos diretores para manter constantemente alimentado o circuito da burocracia escolar. Assim, o que se verifica é um descompasso entre a proposta de participação dos pais de uma forma verdadeiramente integradora e o modo pelo qual ela é traduzida na unidade escolar por força das suas condições de funcionamento.

Nas unidades cuja clientela é de melhor nível sócio econômico face ao conjunto da população escolar, os cargos da diretoria são preferencialmente preenchidos pelos pais que já contam com alguma especialização. Um elenco variado de profissões pode ser levantado (mecânicos, bancários, comerciários, operários especializados), ou ainda como afirmam envaidecidamente certos diretores, pais de muito bom nível: advogados.

Nas escolas de clientela constituída na sua maioria por operários sem especialização, favelados ou bóia-frias, a escolha recai sobre aqueles que demonstram mais condições e receptividade em relação aos problemas e trabalhos da escola.

Se na maioria dos casos as APMs não conseguem enraizar-se nos problemas de maior importância para a clientela, dado não terem conseguido desvencilhar-se das malhas do formalismo, ou da sua acentuada disposição de se firmar enquanto mera fonte de recursos, em alguns casos o que se verifica é uma relação escola/pais pautada

por francas hostilidades.

Uma das fontes de tensão nessa relação é a cobrança da taxa da APM. Os jornais e os relatos de pais sugeridos pelo estudo de Maria Malta Campos² freqüentemente vêm chamando a atenção para os mecanismos mais ou menos sutis de que se valem as escolas para dar um caráter de obrigatoriedade a contribuições que deveriam ter caráter espontâneo.³

Os dados da Tabela nº 2 oferecem um quadro demonstrativo do quanto podem contar as escolas com recursos arrecadados da própria população.

Através desse expediente, justificado por um bom número de razões práticas e formais, a escola retira toda a personalidade que a questão deveria merecer. Ao impossibilitar o pagamento da taxa, via depósito bancário, os pais dos alunos mais carentes ficam automaticamente impedidos de se justificarem ou recorrerem a outras alternativas, diretamente com a direção da escola.

Alguns estabelecimentos preferem utilizar-se de recursos mais grosseiros: — só liberam o pagamento da taxa da APM, mediante a apresentação de um Atestado de Pobreza.

TABELA 2

TAXA DE CONTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS À APM EM 1980
— MONTANTE E MODALIDADES DE PAGAMENTO

	ESCOLAS CARENTES (N = 53)	ESCOLAS NÃO-CARENTES (N = 43)	TOTAL (N = 96)
Nada	9,4	—	5,2
Abaixo de Cr\$ 50,00	3,8	—	2,0
Cr\$ 50,00 a 100,00	37,7	23,3	31,2
Cr\$ 150,00 a 200,00	13,2	27,9	19,8
Cr\$ 300,00 a 400,00	—	18,6	8,3
A taxa é cobrada por família	18,9	18,6	18,7
A contribuição é espontânea	15,0	7,0	11,5

Variando as taxas de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 400,00 por aluno, se observa quão reduzidas são as escolas que respondem estar os alunos isentos de qualquer pagamento (5,2%), ou atribuem à questão um caráter facultativo (11,5%).

Embora a freqüência mais alta (31,2% dos casos) esteja representada pelas contribuições de valores mais baixos (Cr\$ 50,00 a Cr\$ 100,00) não se pode deixar de lembrar que para certa faixa da população, esta contribuição pode não só ser muito elevada, como ainda pode se constituir muitas vezes numa obrigação impossível de ser saldada.⁴ Considerando que existem muitas famílias que possuem mais de um filho na escola e que a matrícula em si já pressupõe uma outra série de gastos, o acréscimo de mais essa taxa resulta, de fato, muito oneroso para as famílias de baixa renda.

Se muitos dos diretores não estão convencidos de que a cobrança de uma taxa para a APM, ainda que baixa, chega a constituir sério empecilho à matrícula dos alunos mais pobres, outros parecem mais sensíveis às pressões das famílias de baixa renda, e, levando em conta as suas dificuldades procuram contorná-las estabelecendo uma taxa única por família.

Recurso hoje bastante utilizado pelas escolas é condicionar a matrícula, à apresentação do recibo do depósito bancário correspondente ao valor da taxa instituída pela APM.

Mesmo que nenhum desses recursos seja utilizado, o próprio fato da maioria dos alunos efetuar o pagamento da taxa, leva a uma situação de mal estar e constrangimento para aqueles que não podem efetuar-lo.

Outro dado que chama atenção é o que surge da confrontação da distribuição dessas taxas entre escolas da capital e interior, mostrando que estas últimas tendem a ser mais condescendentes na cobrança.

Bem ou mal pode-se dizer que as condições sócio-econômicas da clientela atuam como fator determinante dos valores dessas taxas. Reflexo disso é o reduzido número de escolas que estabelecem taxas que podem ser consideradas altas: entre Cr\$ 300,00 e Cr\$ 400,00.

Quando se dirige a questão para o período em que costuma ser feito o pagamento, verifica-se que na grande maioria dos casos o desembolso deve ser feito no começo do ano, 47,9% dos casos, sendo poucos os casos em que

² O Ensino Obrigatório e as Crianças fora da Escola: um estudo da população de 7 aos 14 anos excluída da escola, na cidade de São Paulo.

³ Conforme o estatuto padrão das APMs essa taxa não deve ser obrigatória.

⁴ O salário mínimo no ano em que a pesquisa foi realizada (1980) era de Cr\$ 4.149,60.

é possível parcelar o pagamento da taxa no decorrer do ano (15,6%), a fim de que não se onere em demasia os encargos da família no início do ano letivo.

A margem de variação verificada entre escolas carentes e não-carentes, tanto no primeiro, como no segundo caso, é praticamente inexistente. No entanto, quando se confrontam os percentuais apresentados pelas escolas do interior e da capital, o que se verifica é a confirmação da tendência anterior: as escolas do interior também tendem a ser mais flexíveis nestes casos.

Conforme indica a tabela a seguir, as respostas referentes à utilização dos recursos da APM podem ser agrupadas em três categorias.

lembrar que apesar das escolas receberem anualmente uma verba fornecida pela CONESP justamente destinada para cobrir despesas desta natureza, não são poucos os diretores que mencionam a exiguidade dos recursos designados anualmente para esse fim. É interessante também observar que os investimentos dessa ordem são maiores nas escolas não-carentes (23,2), do que nas carentes (11,4).

É necessário ainda não perder de vista que os percentuais apontados na tabela não possibilitam saber o montante em dinheiro que corresponde a cada uma das inversões. A existência de APMs "mais ricas" e "menos ricas" leva a que se considere que os gastos alocados

TABELA 3
UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA APM

RECURSOS UTILIZADOS — percentual —	MANUTENÇÃO DO PRÉDIO			PAGAMENTO DE FUNCIONÁRIO			MATERIAL PARA A ESCOLA			ATENDIMENTO AO ALUNO			OUTROS FINIS		
	CA (N = 53)	N/CA (N = 43)	TOTAL (N = 96)	CA (N = 53)	N/CA (N = 43)	TOTAL (N = 96)	CA (N = 53)	N/CA (N = 43)	TOTAL (N = 96)	CA (N = 53)	N/CA (N = 43)	TOTAL (N = 96)	CA (N = 53)	N/CA (N = 43)	TOTAL (N = 96)
Até 20%	7,6	11,6	9,4	9,5	11,6	10,4	13,3	25,6	18,7	17,0	25,6	20,8	7,6	18,6	12,5
20% a 50%	11,4	23,2	16,7	5,7	13,9	9,4	5,7	6,9	6,3	5,7	18,6	11,5	5,7	4,6	5,2
Mais de 50%	3,8	9,3	6,2	—	7,0	3,1	3,8	—	2,1	20,8	11,6	16,7	3,8	—	2,1
Prioridade Básica	5,7	4,6	5,2	7,6	—	4,2	3,8	—	2,1	7,6	16,3	11,5	—	—	—
Respostas Vagas	32,1	37,2	34,3	49,0	9,2	31,3	37,8	20,9	29,2	58,5	58,0	58,3	34,0	19,0	27,0

Na primeira se enquadram os entrevistados que conseguem particularizar os percentuais das inversões para cada um dos itens, de acordo com três faixas.

Dentre as escolas que aplicam até 20% dos recursos, pode-se observar uma relativa superioridade dos gastos para atendimento do aluno. O que contudo chama a atenção é que mesmo que o atendimento ao aluno possa isoladamente receber um tratamento diferenciado, quando se processa a soma dos percentuais basicamente comprometidos com pagamento de funcionários, reformas e reparos no prédio escolar, além das despesas vinculadas com a compra de material para a escola⁵, constata-se como os recursos da APM são na sua maioria utilizados para subsidiar despesas vinculadas à manutenção da própria escola. Daí não terem sido poucos os entrevistados que chamam a atenção para a escassez material em que se encontram as escolas obrigando-os invariavelmente a apelar para as contribuições recolhidas da comunidade.

Correndo os olhos para as inversões que correspondem de 20% a 50% dos recursos, verifica-se que a prioridade é dada aos gastos diretamente vinculados à manutenção do prédio.

O montante dos recursos aplicados para suprir as carências impostas pela própria rotina escolar prevalece, acarretando conseqüentemente uma diminuição significativa de gastos que se destinam ao atendimento do aluno, os quais podem ser discriminados como pagamento de material escolar, uniformes, agasalhos, atendimento médico, compra de óculos, complementação de merenda, despesas que garantem a própria permanência do aluno na escola.

Retomando a questão dos recursos especificamente vinculados à manutenção do prédio escolar, é bom

para os mesmos itens impliquem muitas vezes em investimentos considerados imprescindíveis para as escolas carentes, ao passo que servem para cobrir o que é considerado desejável ou necessário, mas não imprescindível nas não-carentes.

No que se refere às respostas compreendidas na faixa de mais de 50% de gastos, observa-se que o número de casos se reduz significativamente, mostrando que poucas escolas tendem a concentrar grandemente seus recursos apenas num determinado tipo de despesas. Contudo chama a atenção a frequência relativamente alta que ocupam isoladamente os gastos decorrentes com o atendimento dos alunos, sobretudo por parte das escolas carentes. Mesmo isso correndo, ainda assim os gastos com a manutenção do funcionamento escolar ficam só tenuamente alterados no conjunto.

Remetendo agora a análise para a segunda categoria de respostas, quais sejam as que preferem tratar a questão mencionando apenas a prioridade básica que a escola confere à destinação das verbas da APM, verifica-se que as tendências até aqui registradas não se contrariam.

O primeiro lugar, conferido ao atendimento do aluno, corresponde à soma dos diferentes percentuais que subsidiam gastos com o funcionamento da escola.

⁵ Nesse item incluem-se as despesas com material de secretaria, fanfarras, concertos de mimeógrafos, carteiras, compra de bolas, mapas, material de limpeza, gás, ingredientes sem muitos dos quais o funcionamento da própria escola não tem condição de se realizar.

Finalmente, os dados agrupados na categoria das respostas vagas, confirmam o quadro das tendências até agora verificadas. Se o percentual se eleva no item atendimento do aluno, igualmente se eleva a soma dos percentuais relativos aos demais itens.

Diante dessas evidências fica mais fácil compreender as razões que levam sobretudo as populações que já contam com um grau maior de mobilização comunitária, a dirigir contundentes críticas ao manuseio dos recursos da APM. Efetivamente torna-se difícil para elas aceitarem que escolas da rede pública que atendem hoje a uma clientela com tão poucos recursos e quase sempre excluída de grande parte dos benefícios gerados pela e para a sociedade ainda procurem carrear os poucos recursos das

famílias na manutenção do próprio estabelecimento.

Se o Estado foi capaz de instituir um serviço de merenda escolar para atender parcialmente o elevado grau de carência alimentar apresentado pelas crianças, não deixa de ser contraditório constatar que por outras vias se desobrigue de arcar com despesas que a rigor são suas.

O sentido de cobrança indevida gerada no seio da população mais consciente do papel social do Estado, não soa descabido e improcedente, quando se compartilha da concepção de que os recursos da APM ainda são uma contribuição que a clientela faz pensando que seu retorno não se desviará das determinações impostas pelas suas próprias carências.